



## NEGRA? IDENTIDADE ÉTNICA DE MULATAS EM SÃO PAULO

Marcia M. Micussi de Oliveira <sup>1</sup>

Esta comunicação trata da temática da mulher descendente de africanos, cuja cor é denominada pelo senso-comum de mulata<sup>2</sup> e que a moderna Antropologia chama de mestiça. Os conceitos de raça, racismo e gênero fornecem a fundamentação teórica, uma vez que para entender esta categoria é necessário buscar o entendimento de como eles operam, e se auto alimentam moldando e sendo moldados pela realidade vivenciada por essas mulheres. Integra também esse artigo os dados coletados pelas histórias de vida de um grupo de 13 mulheres entrevistadas para a minha dissertação de mestrado.

As mulatas da minha pesquisa habitam a zona de fronteira. Algumas são quase negras, outras quase brancas, umas podem ser vistas como negras enquanto outras brigam para ser. Há ainda aquelas que não querem sob hipótese alguma, serem confundidas como negras. Curiosamente, algumas que são negras se referem ao grupo de negras como elas, e não como nós. Nós somos diferentes delas, elas não são como nós. Mas, quem são elas, e quem somos nós? Elas são as mulheres negras, mas nós também somos as mulheres negras. Essas mulatas não são apenas a negra não-negra e a branca não-branca. Vê-las dessa forma seria um equívoco, porque a identidade dessas mulheres vai além, ocupando uma zona de ambigüidade que não permite essa redução. Eu diria que elas são, ao mesmo tempo, negras e negras- não-negras. Não são 100% negras, mas o fato de terem uma parte branca é negociado, camuflado, dissimulado ou glorificado de acordo com as circunstâncias e com o poder de barganha permitido pelos atores sociais e pela situação.

Identidade, como disse Kabengele Munanga é uma questão político-ideológica e não se deve “confundir o fato biológico da mestiçagem [ ] com o processo de identificação” (1999:108). Esse autor ressalta a necessidade da construção da identidade negra, unificadora, para os afro-brasileiros, no sentido de se buscar propostas para transformar a realidade da população negra no Brasil (2000:33). Levando em conta que Stuart Hall considera que nas sociedades pós-modernas a identidade não é única, ela é multifacetada, e sempre em construção (2005) minha pesquisa busca a causa de mestiças se identificarem como negras enquanto outras se identificam como mulatas. A hipótese inicial seria consequência de corte geracional que segue a análise de Camargo que pessoas

---

<sup>1</sup> Marcia M. Micussi Oliveira é doutoranda PUC/SP. *Esse artigo é baseado na sua dissertação Mulheres da Fronteira: Identidade negra de mulatas na cidade de São Paulo* concluída em dezembro de 2008 sob a orientação da Prof. Drª Teresinha Bernardo, na PUC/SP;

<sup>2</sup> O termo mulato/a tem origem na palavra mula, o resultado do cruzamento de jumento com égua, ou de cavalo com jumenta. A mula é estéril, o que demonstraria que o resultado do cruzamento de duas raças produz algo degenerado, incapaz de se reproduzir.



comuns se expressam “através de experiências comuns compartilhadas” (1984:22). Um recorte determinando dois grupos foi feito: mulheres que já eram adultas antes do discurso bipolarizador racial do movimento social negro na década de 1970, ou seja, com mais de 45 anos em um grupo e as mais novas no outro. Isto porque se acreditava que de certa forma o discurso da militância deveria ter permeado, de alguma forma o processo de identificação das mulheres mais jovens.

Acredito que quando falamos de gênero e de raça, como se fossem duas entidades separadas, o que é feito muitas vezes pelas especialistas, ignorando relações de poder e ao focar apenas gênero, ignoramos outros fatores, mesmo se ocultos, a moldar esse conceito. Logo, a categoria mulher, por si só, não incorpora a experiência das negras. Coerente com essa linha de raciocínio entendo a necessidade de estudar a categoria mulata, uma vez que também a realidade do grupo mulheres negras não possui unicidade, porque a mestiçagem no Brasil possui especificidades que separam os descendentes de africanos e moldam suas realidades e suas identidades. A questão central da pesquisa foi investigar em uma sociedade onde o racismo é estruturante e onde se perpetua o mito da democracia racial se a mulata se identifica como tal ou como mulher negra.

Estabelecido que não se pode considerar mulheres como pertencentes a uma única categoria, ignorando linhas raciais, de classe e de sexualidade, também é necessário fazer um recorte de gênero nos estudos sobre a população mestiça brasileira. Acredito que existe a opressão racial/sexual que não é unicamente racial nem unicamente sexual, mas que perpassa a categoria raça e gênero. Da mesma maneira que uma análise exclusivamente de classe social tende a excluir a realidade das mulheres trabalhadoras, os estudos de gênero ao ignorarem a questão racial não conseguem dimensionar a vida das mulheres afro brasileiras.

Aparentemente os mestiços, principalmente os de pele mais clara e cabelos mais lisos, sofreriam menos discriminação do que os negros porque poderia se passar por brancos, ou quase brancos. Digo aparentemente porque há autores, como Josildeth Consorte que argumenta: “Quando se fala em mestiçagem, no Brasil, fica sempre a impressão de que os mulatos, sendo seus grandes beneficiários, não são discriminados e se sentem absolutamente à vontade como tais, mas não é isto o que realmente acontece. O preconceito e a discriminação contra eles podem ser ainda mais sutis porque mais disfarçados, menos óbvios” (1999:116).

Queiroz Junior diz: “mais do que o mulato, a mulata constitui um membro da sociedade brasileira em que se espelham contradições e inconsistências sobre a maneira de nossa sociedade organizar-se”(1982:15). A mulata habitaria um universo de contradição. Por não ser branca não tem



os privilégios que esta categoria tem <sup>3</sup> e por não se considerar negra sua identidade é ambígua ao contrário do que argumenta Mariza Correa (1996).

Para essa autora a mulata rejeita ser negra ao aceitar ser o objeto de desejo do homem branco, afirmação que acredito ser perigosa, pois indica que a sua identidade é formada apenas em função da imagem de sexualidade ignorando outros elementos formadores. Pior ainda, essa abordagem dialoga, de uma maneira muito arriscada, com a imagem da mulata cultivada e difundida por Gilberto Freyre que pressupõe a harmonia racial, porque Correa diz que a mulata não é ambígua porque para ela está reservado um lugar definido, o de encontro das raças. Essa argumentação ignora o mito da democracia racial e a exploração sexual durante a escravidão, que, como diz Sonia Giacomini era uma questão de gênero já que o escravizado não era objeto sexual enquanto escravizada era efetivamente propriedade privada, diferentemente da relação entre o senhor e a senhora. A sexualidade da mulher branca era reduzida à reprodução, enquanto a da mulher negra: “não está a serviço da procriação e da reprodução ideológica da família branca. Estar fora do círculo familiar e do jugo patriarcal sobre ele exercido representa, para a escrava, estar também além dos limites e normas que "funcionalizam" e regulamenta a sexualidade da mulher livre e branca. A sexualidade da escrava aparece para o senhor livre de entraves ou amarras de qualquer ordem, alheia à procriação, às normas morais e à religião, desnudada de toda série de funções que são reservadas às mulheres brancas, para ser apropriada num só aspecto: objeto sexual” (1992:66).

A negação do sujeito histórico negro é parte do processo hegemônico da formação da nação brasileira, da invenção da idéia de nação. Quando a república é proclamada, quem é povo brasileiro e quem as elites gostaria que fosse torna-se um problema a ser resolvido. O que fazer com o negro liberto já rondara os intelectuais do Império mesmo antes do fim do regime escravagista e a população negra continua a ser um "problema" que necessita ser resolvido depois de 1889. Houve a opção racional pelo branqueamento da população brasileira com a escolha de imigrantes brancos o trabalho necessário para aquela fase do capitalismo. Esta escolha pela mão de obra livre branca foi uma escolha ideológica cujas raízes estavam nas práticas racistas praticadas no país. O que se viu foi que à população negra foi negado o acesso aos novos postos de trabalho, pelo simples fato dela

---

<sup>3</sup> Sergei Suarez Dillon Soares - Brasília, 2000. Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. “Os resultados indicam que enquanto o diferencial das mulheres brancas se explica exclusivamente por um diferencial salarial puro, os homens negros devem seus rendimentos menores principalmente a diferenças de qualificação, embora também sofram pesada discriminação salarial e de inserção. As mulheres negras sofrem os diferenciais de salário puro das mulheres brancas, mais o diferencial de salário puro dos negros, mais um diferencial devido à inserção, mais um enorme diferencial devido à qualificação (embora menor que o dos homens negros)” Ipea acessado 10/10/2007 9h03.



ser negra. Sem trabalho, sem ter onde morar ( já que havia sido expulsa das fazendas e outros lugares onde havia habitado até o fim da escravidão), vista como perigosa, coube a ela se ajeitar como conseguia, fazendo os trabalhos que nem os brancos brasileiros nem os imigrantes queriam. A total pauperização da população negra, que até então havia sido a criadora da riqueza do país foi apresentado como conseqüência da sua inabilidade de aprender novos ofícios e sua “preguiça inata”.

O entrave para o progresso apresentado pela população negra era agravado pela mestiçagem que sempre foi considerada um fator relevante no Brasil. Da época colonial até a ditadura Vargas era entendida como um problema que o país e suas elites precisavam resolver, no sentido de se livrarem dele, já que os mestiços, com suas várias denominações, eram considerados uma degeneração. Na década de 1930 houve uma mudança no projeto ideológico de construção de nação e de povo brasileiro e conseqüentemente a mestiçagem começa a ser apresentada como fator definidor do país e como prova da inexistência de racismo. Nas palavras de Guimarães: “Freyre forja a idéia de “democracia racial” ainda nos anos 1930, contra o fato patente da ausência de democracia política, quer no Brasil ou em Portugal”( 2002:154).

Para Guimarães Gilberto Freyre “foi o primeiro a retomar a velha utopia do paraíso racial, cara ao senso comum dos abolicionistas, dando-lhe uma roupagem científica”(2002:149). Argumenta que Freyre adjetiva a democracia na década de 1930, chamando-a de social porque não havia democracia política no país, e que sua argumentação é contrária à suposta pureza étnica advogada pelos nazistas já que ser brasileiro era ser mestiço. O povo brasileiro seria mestiço e o que não fosse mestiço seria estrangeiro à nação. E neste contexto a mulata passa a ter um diferente significado.

No Brasil, a identidade ou negra ou branca como a entendemos hoje só existe após a Abolição, começando a ser construída a partir deste período, uma vez que até então a identidade primeira era pessoas livres ou escravizadas<sup>4</sup>. O negro pós abolição é o “cidadão indesejado, cidadão por acaso, por força e vontade branca” que deveria se resignar a ser o Outro indesejável (Santos, 2002:132), cujo comportamento mostrado nos jornais da época era retratado como alguém inferior e não confiável. É também desta época a proposta de branqueamento da população que garantiria que aos poucos os elementos negros e da cultura negra desapareceriam, em prol de uma população mais branca e, portanto, superior.

---

<sup>4</sup> Munanga, aula expositiva, (dia 3 de dezembro de 2004).



Nos anos 1970 a militância dos movimentos sociais negros entendeu que a bipolarização classificatória entre negros e brancos seria a saída para fortalecer a luta anti-racista no país e começou a apontar para a necessidade dos afro-brasileiros se identificarem como negros e negras, independentemente das características físicas de cada um. Esta é uma luta contra a ideologia hegemônica, uma vez que o ideal de embranquecimento também é compartilhado pela população negra, como documentou Neusa Sousa (1983). Não há como negar a importância da discussão do movimento social negro ao lançar mão de uma mítica mãe África da qual somos herdeiras como uma solução para o pertencimento. O conhecimento que ao reivindicar essa pertença a pessoa não está sozinha fortalece não só a identidade mas a saúde mental e assim, acabaria a cumplicidade com o branqueamento imposto por atores mais poderosos.

As mulheres da minha pesquisa são identificadas por nome, sobrenome, número de RG, endereço e em algumas situações pelo que é visto como o mais importante, isto é, as características físicas: pele em diferentes tons de preto, ou marrom, ou amarelo, como disse uma das entrevistadas; cabelos que sofreram diferentes processos químicos ou não, lábios e narizes mais próximos ou mais distantes daqueles de mulheres negras, já que são biologicamente, como uma se descreveu, rindo *misturada*. Essas mulheres se consideram negras ou não, dependendo do momento ou talvez da circunstância e algumas deixam isso evidente, quando se descrevem em um lugar como negra, em outro como parda, mais à frente como morena, depois como mulata. O discurso da militância do movimento social negro, de bipolarização racial, de que somos ou negra ou branca possui ressonância em algumas dessas mulheres, mas talvez devido à realidade que vivem não é totalmente internalizado. A minha pesquisa aponta que apesar da idéia da bipolarização racial ser mais consistente nas mulheres que ou têm leitura sobre o assunto ou que tiveram, de alguma forma, associação com militantes do movimento social negro, ou terem sido militantes no passado, não as impede de se verem diferente do grupo de negras, ou serem um grupo distinto dentro da grande categoria de mulheres negras. Uma delas, que participou de eventos do movimento social negro com o primeiro marido, e tem um discurso coerente com essa vivência, se refere a si mesma como parda ou morena em alguns momentos. E o mesmo foi verificado na fala da mulher mais velha da pesquisa que participou do movimento negro quando ele ainda estava em formação. Ela afirmou que para mulatas da sua geração a discussão sobre a identidade negra talvez tenha chegado tarde demais para produzir o sentimento de pertencimento inequívoco.

Se compararmos duas mulheres entrevistadas, a doutoranda em educação, do grupo das mais jovens e a coordenadora de uma instituição educacional, do grupo das mais velhas, podemos



perceber muitas semelhanças, a saber: filhas de mães brancas, pais que se integraram no ambiente branco, casamento com homens oriundos do movimento negro, oportunidades de discussão e leituras sobre a questão racial brasileira. A mulher mais velha mesmo tendo tido a oportunidade de participar de um grupo de militantes tem dificuldades de ser totalmente negra. A mais jovem transita na fronteira conscientemente e sem culpa, ao contrário da outra que acredita que somos cúmplices na tentativa de branqueamento, mas não consegue evitar essa cumplicidade. Talvez sejamos cúmplices, mas quando o poder de impedir que isso ocorra não está em nossas mãos é difícil atribuir culpa e prefiro dizer que há uma parcela de responsabilidade.

Todas as mulheres pesquisadas foram criadas como brancas e construíram a identidade negra quando adultas. Terem mãe ou pai branco e por não serem totalmente negras pode interferir na não consciência de ser negra o tempo todo. A questão da busca da identidade para as mulatas não se dá da mesma forma que se dá para as negras sem ascendência branca e esse fato não pode ser ignorado. Culpar a mulata por não ter uma identificação total com as negras é ignorar uma realidade histórica e social, que, não podemos esquecer que, se tem privilégio, também tem cobranças de todas as frentes.

As mulatas existem nas falas das mulheres pesquisadas que se identificam como negras, mas elas são sempre as outras, isto é, as mulheres de pele mais escuras, mais exuberantes, com corpos mais sensuais. Foi identificado ainda, apesar de não ser esse o objeto da pesquisa, que uma das imagens controladoras da mulher negra – a mulata “gostosa” – incomoda as mulheres que não são mulatas. Essa imagem esteve presente quando as mulheres negras identificam outras mulheres como mulatas, e a sensualidade dessas outras mulheres eram constantemente lembrada. Pode ser que o fato de não quererem ser confundidas com as mulheres que supostamente têm uma sexualidade “exacerbada” tenha contribuído para a rejeição da identidade mulata. As mulheres pesquisadas não são assim: elas são negras. Negras que já foram pardas. Negras que podem ser morena ou amarela. Negras que já foram brancas. Ou são vistas como morenas. Mas todas “não tão negras assim”, como disse uma delas. E todas habitando a zona de fronteira, uma vez que se sabem e se reconhecem negras, mas estão e não estão confortáveis com essa identidade. Sem exceção mostraram que se tivessem pele mais escura e lábios ou narizes mais grossos não haveria motivo para confusão.

É importante destacar aqui a pertinência da discussão de Stuart Hall (2000) sobre identidade. Para ele, há a necessidade de entender a identificação como uma construção, como um processo jamais completado. Ela nunca é completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ‘ganhá-la’ ou



‘perde-la’; significando que ela pode ser continuamente, sustentada ou abandonada (p.106). No caso das mulatas brasileiras, a identidade mulata pode ser substituída pela de mulher negra ou, no caso daquelas de pele mais clara e cabelos menos crespos, pela de mulher branca. Ao citar Freud, Hall diz: “A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início [ ] as identidades não são nunca unificadas; [ ] elas são [ cada vez mais fragmentadas e fraturadas; [] elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (2000:108).

Identidade precisa ser entendida como um processo complexo. A identidade étnica da mulata varia não só devido ao olhar do outro, sendo negro ou branco, mas, além disso, o olhar para si mesma não é fixo. Acredito que é aqui que reside a ambigüidade, de poder transitar, ou de acreditar que possa transitar, no mundo das negras e das brancas, sendo parte de e ao mesmo tempo podendo ou escolhendo não pertencer a nenhuma das duas categorias.

Mesmo aquelas mulheres que aparentemente não têm problema de se identificarem negras fazem ressalvas a essa identidade, porque sendo parte branca e parte negra elas vivem na fronteira. Se por um lado o discurso político do movimento social negro faz com que elas sejam negras, e ao abraçarem essa postura elas se vêem negras, esse abraçar não é incondicional. Acredito que não havendo espaço para com que elas verbalizem suas experiências e suas dúvidas, sem que com isso sejam taxadas de traidoras, muitas mulheres em condições semelhantes continuem no isolamento de ser sem pertencer.

Está posto que a maioria das entrevistadas transita nos dois lados da fronteira. É quase senso comum dizer que essas mulheres não têm um lugar definido, por não serem nem negras nem brancas. Essas mulheres sugerem que a construção de identidade negra continua não sendo um processo fácil ou acessível para todas. Entretanto, o número de mulheres da pesquisa que se sabem negras é maior do que aquele das que não se identificam como tal, e ao se reconhecerem como negras, definitivamente escurecem a mestiçagem. Elas não são confusas, mas sim confundem quem insiste em atribuir identidade levando em consideração apenas fenótipo, ignorando e tentando passar por cima das histórias dessas mulheres e das antepassadas delas. Elas não são sem lugar. Elas têm um lugar sim, um grupo dentro da categoria mulheres negras e, por isso, têm o direito de falar: sou negra, mas reconheço que há outras negras diferentes de mim.

### *Referências*



- CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. Campos, v. 27, n. 1, 1984, p. 5- 28.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. “A mestiçagem no Brasil: armadilhas e impasses”. *Revista Margem*, dezembro de 1999.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu, Raça e Gênero* (6-7) UNICAMP, 1996.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Aprendendo a ser mulata: um estudo sobre a identidade da mulata profissional. In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina. *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1992.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-133.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- QUEIROZ JR., Teófilo. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1982.
- SANTOS, Gislene Aparecida. *A invenção do ser negro*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.